



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 18 de Dezembro de 2019

Plano do MEC para Fundeb é irresponsável, diz relatora

Para Dorinha, é “ingenuidade” imaginar que o Congresso vai “engolir” nova PEC

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

A ideia do Ministério da Educação (MEC) de apresentar um projeto próprio para a reformulação do Fundeb, principal fonte de recursos da educação básica, é descabida e irresponsável, diz Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema na Câmara dos Deputados.

“Onde ele [Abraham Weintraub, ministro da Educação] acha que está com a cabeça imaginando que é possível ter uma nova PEC? Vamos deixar milhares de escolas sem funcionar porque ele acha que vai enviar uma nova PEC”, disse ao Valor, em referência a um possível estrangulamento do financiamento da educação se a tramitação da PEC demorar mais do que o previsto.

Criado em 2006, o Fundeb é responsável por 63% das verbas da educação básica e, caso não seja aprovado seu novo modelo, termina no fim de 2020.

Do orçamento do Fundeb em 2019, de R\$ 156,3 bilhões, a



Deputada Dorinha Seabra: é “ingenuidade” imaginar que o Congresso vai “engolir” uma nova PEC ignorando o trabalho já feito — Foto: Vinicius Lourenço/Câmara dos Deputados

contribuição da União representa a menor parte, cerca de R\$ 14 bilhões. Esta é a chamada complementação, correspondente a 10% da verba do fundo, que é destinada aos Estados que não atingem o valor mínimo de investimento por aluno, definido pelo MEC.

Na semana passada, em audiência pública na Câmara dos Deputados, Weintraub disse que o governo deve enviar um texto próprio sobre o Fundeb, principalmente por causa da discordância sobre a elevação do percentual de complementação da União ao Fundeb.

Para Dorinha, é “ingenuidade” imaginar que o Congresso vai “engolir” uma nova PEC ignorando o trabalho que tem sido debatido em comissão especial.

O MEC defende subir os repasses da União ao Fundeb gradualmente de 10% para 15%. O percentual, na realidade, é uma proposta do Ministério da Economia, que iniciou o debate sobre o Fundeb em meio à paralisia pronunciada do MEC no primeiro trimestre ano, ainda sob a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez.

Já a minuta do relatório





apresentada por Dorinha em setembro previa aumento para 40%, também de forma progressiva.

Segundo a deputada, este não será, necessariamente, o percentual que constará no relatório final, previsto para ser divulgado na volta do recesso parlamentar, em meados de fevereiro.

“O texto está praticamente finalizado, faltando basicamente só fechar a questão do percentual. Estamos fazendo as contas para encontrar as fontes de financiamento”, disse, acrescentando que os detalhes finais devem ser conhecidos na primeira quinzena de fevereiro de 2020.

Segundo ela, no entanto, é preciso esclarecer que os 40% já apontados não foram uma cifra aleatória. “O percentual foi pensado para elevar o investimento médio por aluno da faixa de R\$ 3 mil ao ano para cerca de R\$ 5,7 mil ao ano”, afirmou.

A relatora prevê que o teto para levar a proposta a plenário é o mês de maio, considerando que a maior parte dos pontos da PEC deve ser

regulamentada por uma lei posterior. Esse prazo é importante, destaca a relatora, para que a contribuição da União ao fundo seja definida a tempo do debate orçamentário de 2021.

A relatora afirma que tem mantido diálogo com o Senado Federal para acelerar a aprovação da PEC. “Queremos criar um texto maduro que seja aprovado o mais rápido possível sem grandes alterações na Câmara e no Senado”, disse a parlamentar.

Entre as linhas gerais do relatório final, Dorinha diz que a ideia é tornar o Fundeb permanente, com revisão em ciclos de dez ou 15 anos. “Precisamos observar [de tempo em tempo] a mudança demográfica, eventualmente se devemos priorizar algumas modalidades de ensino, por exemplo”, afirma.

Também deverá existir a previsão de uso de royalties do petróleo ao Fundeb. “Muitos alegam que esse é um recurso volátil, mas, se ele deve crescer nos próximos dez ou 15 anos, não seria o período para usá-los nesse esforço de país?”, questiona.

Como defender a educação

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

Este texto é um contraponto ao artigo escrito por Marilene Felinto, publicado nesta Folha em 20 de outubro de 2019, sob o título “Campus doado por Raduan Nassar ilustra ataques a universidades”.

O artigo diz que eu, atual reitora da UFSCar, Wanda Hoffmann, aleguei não ter recursos para cumprir o acordo de doação do campus Lagoa do Sino, em São Carlos (SP).

Lagoa do Sino era o nome da fazenda do escritor Raduan Nassar, doada por ele à universidade em 2011. O acordo com o doador, formalizado em 2011, previa que até fevereiro de 2017 deveriam ser construídos 25 mil m². Em cinco anos de acordo —de 2011 a 2016— haviam sido construídos pouco mais de 8 mil m². Assumi o cargo de reitora da UFSCar em novembro de 2016, e o prazo para a construção dos 25 mil m² era fevereiro de 2017. Para que em minha gestão pudesse cumprir o acordo, deveríamos construir os 17 mil m² restantes em três meses. É possível construir 17 mil m² em três meses?

Naquele momento, envolvi-me diretamente em uma dura negociação

para que o campus Lagoa do Sino permanecesse com a UFSCar, pudesse continuar gerando e difundindo conhecimento, e transformando vidas também nessa importante região do estado de São Paulo. A partir dessa negociação conseguimos repactuar o acordo de doação, deixando como obrigação da UFSCar chegar a 12,5 mil m² de construções ou infraestrutura, em três anos a partir da assinatura da repactuação, e assim manter um campus da UFSCar em Lagoa do Sino com ensino público, gratuito e de qualidade.

Estamos finalizando a obra do ciclo 2 de área acadêmica (3.418 m²) e avançando outras obras para, dessa forma, cumprirmos integralmente os compromissos assumidos em 2017 e continuarmos também a missão de formar pessoas com qualidade e promover o desenvolvimento.

O artigo da sra. Marilene diz também que a reitoria da UFSCar extinguiu “em uma só canetada” o “conselho gestor” da fazenda. O que houve foi uma adequação de governança, para que as decisões e a gestão da fazenda ocorressem segundo o previsto no Estatuto e no

Regimento Geral da universidade.

O campus Lagoa do Sino tem oito anos, e as ações realizadas nos últimos dois anos mostram avanços nunca alcançados anteriormente: escritura e registro do campus no cartório de imóveis; aprovação de plano diretor físico-ambiental; apoio a eventos, experimentos e projetos acadêmicos; reforma e construções.

Também merecem destaque melhorias na condução da fazenda produtiva, com investimento em compra de equipamentos (balança de carga, sistemas de proteção patrimonial, guaritas); contratação de seguro safra; contratação de alunos do próprio campus como auxiliares técnicos e estagiários; e parcerias com produtores e fornecedores de cidades vizinhas, incentivando o desenvolvimento regional.

O artigo em questão traz ainda análise sobre o meu posicionamento político. Segundo a autora, demonstrei alinhamento à política de desmonte da educação pública. Defendi a educação pública e mais recursos para a educação na Câmara dos Deputados (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em 3 de outubro de





2019) e no Senado Federal (Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 17 de setembro deste ano). Pleiteei, ainda, verbas para as universidades junto à bancada paulista dos 70 deputados federais (1º de outubro de 2019).

Talvez o que incomode a autora seja o fato de a reitora ter uma postura de dialogar com todos os governantes, do Executivo ou do Legislativo, não importa o partido. A universidade não pode estreitar sua visão de mundo. Gestores públicos devem dialogar com governantes de todos os partidos! Em um debate político saudável ganha a universidade, a educação, o país. Vamos defender a educação trabalhando por ela!

Wanda Aparecida Machado
Hoffmann

Professora e reitora da UFSCar
(Universidade Federal de São
Carlos)

Reprovação a deputados e senadores volta a subir e atinge 45%, diz Datafolha

Ranier Bragon

BRASÍLIA Tendo assumido o mandato em meio a uma onda renovadora, antissistema e de forte apelo conservador, os atuais congressistas não conseguiram até agora alterar o histórico cenário de descredito popular.

De acordo com pesquisa do Datafolha realizada no início deste mês, 45% dos eleitores reprovam o trabalho de deputados federais e senadores, dez pontos percentuais a mais do que no final de agosto —apenas 14% o aprovam, oscilação negativa de dois pontos percentuais em relação ao último levantamento.

Os números do instituto mostram uma piora no quadro no decorrer deste primeiro ano da nova legislatura.

No final de 2018, a onda que elegeu Jair Bolsonaro levou a população brasileira a demonstrar expectativa otimista: 56% dos entrevistados diziam acreditar que os novos congressistas teriam um desempenho ótimo ou bom, número superior ao verificado antes das duas legislaturas anteriores (49% e 40%).

Após a posse, em fevereiro de 2019, o Datafolha já realizou quatro pesquisas sobre o desempenho dos congressistas. Enquanto o índice dos que consideram ótimo ou bom o trabalho de deputados e senadores caiu de 22% para 14%, a rejeição foi de 32% para 45%.

Em outubro de 2018, os eleitores patrocinaram a maior renovação na Câmara desde pelo menos 1998, reduzindo o rol de reeleitos a menos da metade das 513 cadeiras.

Até então nanico, o então partido de Bolsonaro, o PSL, elegeu 52 deputados, tornando-se a segunda maior bancada. A primeira continuou sendo a do opositor PT.

O resultado das urnas no ano passado mexeu também com o perfil da Câmara, elevando a representação de militares e líderes evangélicos, enquanto a de professores e médicos registrou queda.

O principal projeto aprovado por deputados e senadores em 2019 foi a reforma da Previdência, cuja votação foi concluída na Câmara em agosto e, no Senado, em outubro.

Em meio à falta de articulação do governo Bolsonaro,

o Congresso foi protagonista não só nas mudanças previdenciárias, mas assumiu a frente de outras decisões no campo econômico, além de barrar várias medidas do Plano no campo dos costumes.

Sob o comando do deputado Rodrigo Maia (RJ) e do senador Davi Alcolumbre (AP), ambos do DEM, o Congresso amenizou, por exemplo, a flexibilização de porte e posse de armas e rejeitou ou engavetou —tornando-as sem efeito— várias medidas provisórias editadas pelo presidente da República, assim como derubou vetos dele a leis aprovadas pelos parlamentares.

Bolsonaro assumiu com o discurso de que alteraria a forma de se relacionar com o Executivo e tentou negociar com frentes parlamentares (como a evangélica e a ruralista) em vez de partidos. O modelo tem mostrado limitações e ocasionou derrotas governistas ao longo do ano.

Crítico durante a campanha eleitoral do chamado toma lá, dá cá, ele reduziu a nomeação de apadrinhados de parlamentares para cargos públicos, mas incrementou a





promessa de liberação de verbas do Orçamento para deputados e senadores.

Os atuais números de avaliação popular do Congresso ainda são melhores do que os picos de reprovação do final de 2017 (60%), pouco após a Câmara barrar pela segunda vez o afastamento do presidente Michel Temer (MDB), e de 1993 (56%), ano de hiperinflação e da revelação do desvio de recursos federais para o bolso de políticos, escândalo que ficou conhecido como o dos anões do Orçamento.

Mas estão ligeiramente piores do que a média das 70 avaliações do Datafolha nos últimos 26 anos —15% de aprovação e 39% de rejeição. No período, a única vez que a avaliação positiva esteve numericamente acima da negativa foi em dezembro de 2003, primeiro ano da primeira gestão do petista Lula (2003-2010).

“É um desgaste natural diante do ambiente negativo em

relação a partidos e políticos, que persiste desde 2013”, diz o diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino. “Evidência disso é a taxa de eleitores sem partido de preferência, que permanece acima de 60%.”

Na comparação com o final do primeiro ano de cada uma das seis legislaturas anteriores, o atual Congresso tem avaliação pior do que os de 1995, 1999 e 2003. O número é similar ao de 2007 e só é melhor que o de 2015, época em que a Câmara havia dado início ao processo que resultaria no impeachment de Dilma Rousseff (PT). O instituto não fez pesquisa no final de 2011.

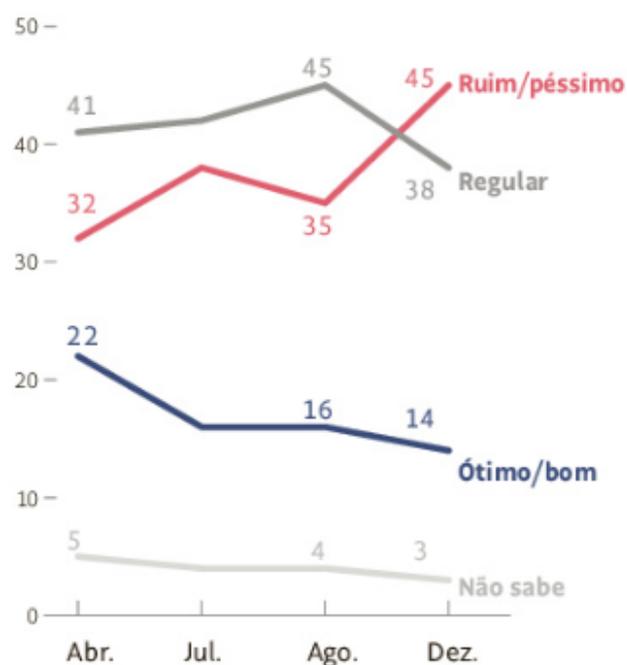
No levantamento atual, o Datafolha ouviu 2.948 pessoas em todo o Brasil, em 5 e 6 de dezembro. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.





Reprovação ao Congresso volta a subir

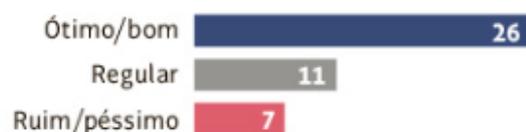
Avaliação da atual legislatura, em %



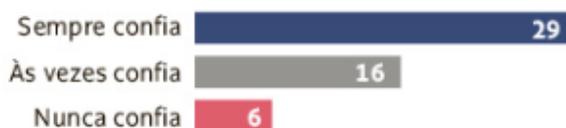
Bolsonaristas são o que mais aprovam desempenho dos parlamentares

Avaliam o Congresso como ótimo/bom, em %

Avaliação de Bolsonaro



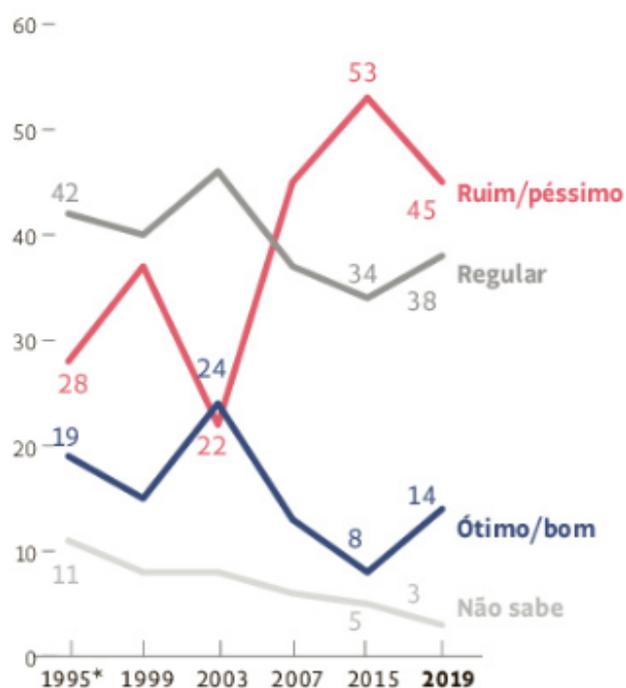
Confiança em Bolsonaro



*Em 1995, a pesquisa foi feita em setembro. Não houve levantamento em 2011
Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Índice é um dos maiores para um primeiro ano desde 1995

Avaliação após o primeiro ano da legislatura, em %



SALA

O Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, pediu à Justiça que alunos menores de 16 anos também possam votar na consulta que decidirá pela implantação do modelo de educação cívico-militar em um colégio de Campinas (SP).

LOUSA

A escola Prof. Odila Maia Rocha Brito marcou a votação para hoje (18), mas convocou só funcionários, responsáveis e alunos maiores de 16. O modelo cívico-militar atenderia alunos do ensino fundamental 2, de 11 a 14 anos. O colégio diz que baseou a consulta em decreto do MEC.

Novas regras para estagiários

Número de contratados será reduzido, mas ajuda de custo, congelada desde 2008, vai dobrar e estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado, sem limite de idade, poderão estagiar no governo federal

» VICENTE NUNES



Wagner Lenhart afirma que será possível contratar 50 mil por ano aos custo de R\$ 68,4 milhões

O Ministério da Economia decidiu fazer uma ampla reestruturação no sistema de estágios no governo federal. A partir de janeiro de 2020, será permitida a contratação de estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado,

com salário mensal de R\$ 1.665. A autorização está prevista em instrução normativa publicada hoje, que consolida e uniformiza os entendimentos em relação a estágios. Não haverá limite de idade. O importante é que os candidatos estejam vinculados a uma instituição de ensino. O tempo máximo de estágio será de dois anos, com exceção de pessoas portadoras de deficiências, que poderão exercer as funções até se formarem.

Para promover as mudanças e incorporar estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado sem ampliar os gastos, o ministério reduziu, de 20% para 8%, o número máximo de vagas que cada órgão poderá preencher com estagiários. Em contrapartida, houve aumento no valor das bolsas. No caso de estudantes de ensino médio, a ajuda de custo mais que dobrou, passando de R\$ 290 para R\$ 694 — alta de 139,3%. Entre os estagiários de nível superior, a bolsa saltou de R\$ 520 para R\$ 1.125,69 — mais 116,5%.

Segundo o secretário de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, pelas regras atuais, considerando a quantidade de servidores ativos em julho de 2019, é possível a contratação máxima de 124.507 estagiários, ao custo de R\$ 73,2 milhões por ano. Com as novas regras, levando em consideração a mesma força de trabalho como

referência, o limite de estagiários contratados será de 50 mil, por R\$ 68,4 milhões anuais.

Lenhart ressalta que o valor das bolsas estava congelado desde 2008 e precisava de atualização como forma de reter os estudantes no serviço público. Os órgãos contratantes vinham reclamando da elevada rotatividade, um problema para a execução de várias ações. “Fomos a outros órgãos e no setor privado para definir os parâmetros. Aproveitamos para ampliar as possibilidades de estágios, de olho na inovação. Mesmo sem experiência, esses estudantes, mais qualificados, tendem a agregar muito conhecimento à máquina pública, que precisa se modernizar”, explica.

Limites

O secretário afirma que as despesas com estagiários fazem parte da programação orçamentária discricionária dos órgãos e entidades que promoverem as contratações. Cada órgão terá a liberdade de definir o total de estagiários a serem recrutados, dentro dos limites de gastos definidos para essa rubrica. Ele ressalta que não há nenhuma intenção do governo de substituir vagas efetivas por estudantes. “Historicamente, nunca se preencheu todas as vagas de estágios disponíveis. Talvez nem o novo limite, de 8% dos cargos disponíveis, seja alcançado”, assinala.





“O que queremos é uma aproximação maior com a academia. Essa interação é importante”, diz. Para Lenhart, a medida ajudará a trazer novos talentos para a administração pública com a competência necessária e uma remuneração mais justa. “Além disso, a possibilidade de incorporar mestres, doutores e pós-graduandos ao serviço público é um diferencial enorme na forma como são abordados os problemas atuais da administração pública e uma excelente oportunidade para os estudantes”, acredita.

A entrada em vigor da instrução normativa, publicada hoje pelo Ministério da Economia, vai coincidir com o início do ano letivo. A expectativa é de que a procura pelas vagas seja grande, sobretudo diante do reajuste do valor das bolsas. Também foi atualizado o auxílio-transporte, de R\$ 6 para R\$ 10 por dia.

Fique ligado

Confira os novos valores das bolsas de estágios (em R\$)

Nível	Valor atual	Valor proposto
Médio	290,00	694,00
Superior	520,00	1.125,69
Pós-graduação	—	1.665,22
Auxílio-transporte/dia	6,00	10,00

Fonte: Ministério da Economia

Educação é tudo

Rodrigo Craveiro
rodrigocraveiro.df@dabr.com.br

Paulo Freire foi um energúmeno. As universidades brasileiras abrigam produções extensivas de maconha. A TV Escola deseduca. Provas do Enem estavam contaminadas pelo discurso da ideologia do gênero. As declarações acima seriam absurdas por si só, mas se transformaram em bizarrices ao terem como origem o próprio presidente da República e seu ministro da Educação. Duas das maiores autoridades do país cujas obrigações? seriam zelar pelo ensino no Brasil, sem qualquer viés ideológico, e compreender a importância histórica de nosso patrono da educação.

Enquanto aponta a esquerdização das universidades no Brasil, o governo ignora o fato de que a educação atinge níveis preocupantes. Não pelo legado de Paulo Freire, mas pela ingerência do Estado e pela capacidade de ignorar o óbvio. Poucos são os estudantes que conseguem elaborar uma redação coesa, com introdução, argumentos e conclusão. Poucos estão aptos a resolver questões de matemática de dificuldade média. Em vez de fazerem afirmações obtusas e toscas, as autoridades brasileiras tinham o dever de reformular o ensino no Brasil, depois de avaliar falhas estruturais e de apontar soluções. Em vez de

considerarem as universidades antros de maconheiros, elas deveriam evitar o sucateamento das instituições e aplicar recursos no ensino e na pesquisa.

A despeito do ensino deficitário, em parte por culpa do Estado, que não investe, nossas universidades têm produções científicas exemplares. Elas funcionam como incubadoras de novas tecnologias e novos recursos da medicina. Para entender as declarações das autoridades brasileiras, talvez basta perceber que a educação também molda o caráter humanista e político do cidadão. Pessoas educadas se indignam mais com as mazelas dos governantes, se mobilizam e exigem mudanças. Um povo unido e informado não convém para o poder. Talvez por isso tantos governantes desprezam a educação e infernizam a imprensa.

Se vivo estivesse, muito além de revoltado com a calúnia, Paulo Freire estaria envergonhado pelo ponto ao qual o Brasil chegou. Uma nação comandada pelo medo da esquerda e por uma ideologia ultraconservadora. Um país que falha ao não olhar para suas próprias falhas e que trata a educação como quinquilharia. Permita-me adotar o velho chavão, mas educação é futuro. Educação é tudo. Um povo ignorante vive sem perspectivas, se torna massa de manobra, vive de cabresto. Viva Paulo Freire!

Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e
Henrique Barbosa (PE)
reportagem@colunaesplanada.com.br



TV Escola

Em nota à Coluna, o MEC informa que o contrato de gestão com a Associação de Educativa Roquette Pinto, que gere a TV Escola, encerra-se no fim deste ano e não será renovado. O MEC quer fazer suas próprias produções - como citamos, a cúpula tentou contratar a turma demitida, que ficou fiel à gestão atual da emissora.

Alunos ocupam escola na Grande SP, gestão Doria recua e desiste de fechá-la

Aline Mazzo
e Elaine Granconato

SÃO PAULO | AGORA Cinco horas após um grupo de alunos ocupar a Escola Estadual Professor Lênio Vieira de Moraes, em Barueri, na Grande São Paulo, o governo de São Paulo, sob gestão de João Doria (PSDB), recuou e desistiu de fechar o local.

Antes da ocupação, a secretaria havia confirmado ao jornal Agora a intenção de fechar a escola, que tem 375 alunos, sendo 168 do ensino médio e 207 de EJA (Educação de Jovens e Adultos), com aulas à tarde e à noite.

A gestão do espaço é compartilhada pelo governo do estado e pela Prefeitura de Barueri, que oferece o ensino fundamental 1 e 2 no mesmo terreno, de manhã e à tarde.

O fechamento da unidade atendia a um pedido da prefeitura, afirmara a gestão Doria antes do recuo. O município, sob o comando de Rubens Furlan (PSDB), no entanto, não esclareceu a motivação para o pedido.

Responsável pela Coordenação de Informações, Tec-

nologia, Evidências e Matrículas do estado, Thiago Cardoso afirmara que os alunos, professores e direção da Lênio seriam transferidos para a Escola Estadual Professora Alaíde Domingues Couto Macedo, que fica a cerca de 900 metros da atual. “Os alunos estão sendo realocados”, disse.

A instituição foi ocupada na noite da segunda-feira (16). Segundo estudantes, durante a madrugada o diretor da escola, o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares da Silva, e professores foram até a ocupação para conversar com os alunos.

Às 3h40 de terça-feira (17), após cinco horas de ocupação, a Secretaria de Educação entregou ofício aos estudantes garantindo que a escola não seria mais fechada.

O documento diz que a secretaria se compromete a manter o ensino noturno, a matrícula de todos os estudantes que queiram permanecer e o diálogo com alunos, pais e comunidade.

Ao receberem o ofício, os estudantes deixaram a escola, ainda durante a madrugada.

Segundo Kaique Saldanha,

19, integrante do movimento estudantil que participou de ocupação em 2016, quando a escola também correu o risco de fechar, alunos esperam que professores que já foram transferidos retornem.

Ele também acredita que manter a escola aberta implica em não alterar as turmas que estudam na parte da manhã e da tarde. “Vamos acompanhar o que será feito com os alunos e professores que já tinham sido realocados. Se for necessário, estamos prontos para ocupar a escola novamente e passar o Natal lá”, afirma.

Saldanha diz que, durante a madrugada, cerca de 20 pessoas compunham a ocupação e mais 60 eram esperadas até o final da semana. Nas cinco horas dentro da instituição, os estudantes organizaram a sala dos professores e o refeitório, realizaram uma assembleia e começaram a cozinhar as refeições para o dia seguinte.

Alunos e pais ouvidos pelo Agora antes da ocupação afirmam que não haviam sido informados sobre o fechamento das salas, nem da eventual mudança para outras unida-





des de ensino.

Além dos alunos, o corpo docente também estava sem rumo. “Até agora não sei onde darei aulas no ano que vem. Não tem nada definido”, afirma o professor de história Silvio Marcio Gomes Oliveira, 39 anos, com 15 anos na rede de ensino estadual.

Durante a ocupação, uma professora foi falar com policiais militares e acabou ameaçada de prisão. Vídeo feito pelos alunos mostrou um PM solicitando os documentos da docente. Ela se negou apresentá-los e o policial se mostrou alterado e gritou. Ele a ameaçou de desacato e também de prisão. Ela pediu respeito.

A Polícia Militar afirma que lamenta as imagens registradas na escola, “em que a falta de diálogo entre um policial militar e uma professora se fez presente”.

Sobre o vídeo, a PM diz que os policiais foram acionados por um funcionário da escola em virtude da ocupação realizada por cerca de 20 alunos.

“Ressaltamos que a abordagem e a busca pessoal são definidas pelo Código de Processo Penal e podem ser realizadas de acordo com a avaliação do agente policial”, afirma, em nota. A corporação diz que adotou medidas administrativas para apurar as circunstâncias e a conduta do policial.

Nomeado reitor do ITA, presidente da Capes é nova baixa no MEC

BRASÍLIA O atual presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia, foi nomeado nesta terça-feira (17) como novo reitor do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). O ato indica uma nova baixa na equipe do MEC (Ministério da Educação).

A Capes é um órgão ligado ao ministério e é responsável pelo sistema de pós-graduação no país.

A Folha revelou em outubro que Correia havia se candidatado para a vaga, em meio a discussões sobre uma possível fusão com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Ligado às Forças Armadas, o ITA seleciona o reitor a partir de um concurso aberto. O nome de Correia foi definido pelo Comando da Aeronáutica no último dia 12 e ele deve assumir em 27 de janeiro de 2020.

O MEC já está em busca de um substituto. O reitor do Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto, é um dos cotados — ele esteve com o ministro Abraham Weintraub no último dia 11.

Correia chegou ao MEC no início do ano, ainda na gestão do então ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Seu nome chegou a ganhar força para substituir o de Vélez, com simpatia da ala militar do governo, mas ele acabou

preterido por Weintraub.

Nas últimas semanas, o MEC teve baixas na equipe de alfabetização e a principal assessora do ministro se desligou repentinamente, dias antes de Weintraub sair de férias.

Aprópria permanência de Weintraub na pasta no próximo ano é vista com desconfiança por aliados e integrantes do governo. Bolsonaro nega, entretanto, que planeje promover alterações no comando da pasta.

“Haverá tempo para uma transição tranquila, já articulada com o MEC. A escolha do futuro presidente da Capes será feita pelo ministro da Educação, que já está estudando um nome”, informou o órgão em nota.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica informou que o rito de escolha do reitor segue o previsto em portaria de outubro de 2019. Essa portaria, no entanto, alterou as regras de seleção e acabou favorecendo Correia.

Norma de 2015 previa um intervalo de três anos para que um ex-reitor pudesse se candidatar novamente ao posto. Esse item foi eliminado. Correia foi reitor do ITA de 2016 até o início de janeiro de 2019. A Folha questionou o MEC na segunda (16) sobre essa nomeação, mas não obteve resposta.